

Ano XX nº 5817 – 23 maio de 2018

O MAL DA ULTRATIVIDADE IMPOSTA PELA REFORMA TRABALHISTA



A reforma trabalhista aprovada pelo Congresso Nacional através de compra de votos bancada pelos grandes empresários e sancionada pelo golpista Michel Temer, que está em vigor desde novembro de 2017, veio com a finalidade única de precarizar e acabar com todas as condições de trabalho, que antes eram garantidas aos trabalhadores.

Como se não bastassem as mais de 100 alterações na lei, dentre elas a redução do horário de almoço, o contrato intermitente, o trabalho de gestantes em ambientes insalubres, o negociado sobre o legislado e tantas outras, o trabalhador hoje, ainda tem que lidar com o fim da ultratividade.

O que muitos não sabem, é que ela, ao final da vigência das Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) ou dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT), garantia a norma contratual até que um novo acordo fosse aprovado.

Resumindo, com o fim da ultratividade e a vigoração da nova lei com a imposição do negociado sobre o legislado, quando finda a vigência das CCT e ACT, o que estava garantido deixa de valer, até mesmo as conquistas históricas, fruto de muita luta.

Por isso, não há outra saída para a classe trabalhadora que não seja a união. Esse é o momento dos trabalhadores e trabalhadoras darem as mãos e lutarem juntos pela manutenção de seus direitos.

“O Brasil voltou, 20 anos em 2”, diz slogan do governo Temer

Em cerimônia para enaltecer os “feitos” de seu governo em dois anos, Michel Temer anunciou que a “modernização” trabalhista era uma grande conquista e disse que os empregos estavam de volta. Só que citou apenas dados deste ano, que de fato são positivos. Mas, em sua gestão, houve perda de postos de trabalho com carteira assinada.

O governo, na propaganda, fala no período maio de 2016 a maio de 2018. Se for considerado o estoque de maio, dois anos atrás, a comparação também é negativa: 38.789.289, menos 716.894 em relação a março último.

O estoque também diminuiu depois da “reforma” trabalhista. Em novembro, quando a Lei 13.467 entrou em vigor, eram 38.207.979 postos de trabalho formais. Até março, são menos 135.584 vagas. Como diz o slogan oficial, “O Brasil voltou, 20 anos em 2”, mas para trás.

Temer disse ainda, em seu discurso, ter “estancado” o desemprego. A taxa nacional de desemprego no trimestre encerrado em maio de 2016 foi de 11,2%. O índice em março deste ano atingiu 13,1%. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE.

Em junho daquele ano, o número de desempregados era estimado em 11,586 milhões. Em março último, eram 13,689 milhões.

Vem aí a Eleição para Delegado Sindical da Caixa - 2018/2019

O Sindicato dos Bancários de Petrópolis realizará, no dia 26 de junho de 2018, a eleição para Delegado Sindical da Caixa Econômica Federal. As inscrições estarão abertas entre os dias 04 de junho e 15 de junho de 2018.

Para ser candidato a delegado sindical o empregado deverá estar filiado ao sindicato há no mínimo 06 (seis) meses e ter cumprido o contrato de experiência com a CAIXA. O mandato é de 1 (um) ano, tendo seu início no dia 27 de junho de 2018 e término no dia 26 de junho de 2019.

O direito de eleger representantes dos trabalhadores nos locais de trabalho (Delegado Sindical) é uma conquista dos funcionários da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil na greve de 2003.

Na categoria bancária, que tem uma convenção coletiva nacional e aditivos por bancos, o papel principal de um representante sindical nos locais de trabalho é acompanhar o cumprimento dos direitos trabalhistas, da convenção e do aditivo da categoria, bem como o de levar as demandas e os problemas locais ao sindicato e trazer as informações sindicais para os seus colegas de trabalho.

Ele é a referência no local de trabalho para associar e conscientizar os trabalhadores para se apropriarem de seus direitos e atuarem junto ao sindicato na manutenção e ampliação das conquistas e de melhores condições de trabalho.

O edital que trata a eleição estará afixado nos murais das unidades a partir do dia 28 de maio e permanecerá durante todo o processo eleitoral.